



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU MIRIM - CESITA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS HABILITAÇÃO EM LINGUA  
PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

**MARIA REGINA COSTA PEREIRA**

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: o desenvolvimento da competência  
comunicativa por meio dos gêneros textuais**

Itapecuru Mirim

2019

**MARIA REGINA COSTA PEREIRA**

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: o desenvolvimento da competência comunicativa por meio dos gêneros textuais**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, do Centro de Estudos Superiores de Itapecuru Mirim-CESITA, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora (a): Profa. Esp. Cinthia Andréa T. dos Santos

Itapecuru Mirim

2019

Pereira, Maria Regina Costa.

Ensino de língua portuguesa: o desenvolvimento da competência comunicativa por meio dos gêneros textuais / Maria Regina Costa Pereira. – Itapecuru-Mirim, 2019.

52f

Monografia (Graduação) – Curso de Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-Mirim, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Profa. Esp. Cíntia Andréa T. dos Santos.

1.Competência comunicativa. 2.Ensino de língua portuguesa. 3.Gêneros textuais. I.Título

CDU: 811.134.3:37

**MARIA REGINA COSTA PEREIRA**

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: o desenvolvimento da competência comunicativa por meio dos gêneros textuais**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras, da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, do Centro de Estudos Superiores de Itapecuru Mirim-CESITA, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora (a): Profa. Esp. Cinthia Andréa T. dos Santos

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2019

Nota \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Esp.

Orientadora (a): Cinthia Andréa T. dos Santos

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. 1º Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Esp. 2º Examinador

Dedico este trabalho a Deus todo-poderoso e aos meus pais pelo exemplo, incentivo, amor e carinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus que, em sua infinita bondade, tem abençoado e iluminado os meus passos, que me concedeu força e coragem durante os momentos mais difíceis nessa trajetória inclusive nos momentos em que pensei em desistir.

Aos meus pais, Manoel e Maria, pelo amor, dedicação, incentivo e apoio, prestados a mim em todas as etapas da minha vida. Eu os amo muito.

A minha avó Benedita Garrido pelo imenso amor e carinho e por sempre me incentivar em meus estudos.

Aos meus irmãos Carlos Garrido e Augusto Garrido.

As minhas sobrinhas, Carol, Caroliny e Vanessa.

A toda minha família que, direta ou indiretamente, contribuiu para a realização deste momento em minha vida.

A minha orientadora professora Cinthia Andréa pela atenção dedicada a mim e ao meu trabalho.

A todos os meus colegas do Curso de Letras, em especial, Ana Lúcia, Daiane, Débora, Maria do Carmo e Maria de Fátima, pelo companheirismo e amizade nesta jornada.

Enfim, obrigada a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Ensinar não é transferir conhecimento mais criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

A pesquisa de trabalho tem como objetivo demonstrar a contribuição dos gêneros textuais no desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos no processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa, bem como destacar suas contribuições para um ensino de língua mais produtivo e relevante. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica. A fundamentação teórica está embasada em autores como Travaglia (2009), Bagno (2002), Oliveira (2010), Silva (2009), Lima (2014) Koche (2017), dentre outros que abordam sobre a questão do ensino de Língua Portuguesa e sobre os gêneros textuais. Por conseguinte, a presente pesquisa está dividida da seguinte forma: na primeira seção, intitulada de ensino de Língua Portuguesa, expõem-se algumas considerações referentes às práticas de ensino do português como língua materna; na segunda seção, fala-se sobre alguns aspectos teóricos sobre os gêneros textuais e sobre os tipos textuais; na terceira seção, discute-se sobre alguns aspectos concernentes ao conceito de competência comunicativa, bem como das implicações desse conceito como objetivo de ensino do português; na quarta, aborda-se sobre a relação dos gêneros textuais com o desenvolvimento da competência comunicativa e suas contribuições no ensino aprendizagem da Língua Portuguesa e, por fim, as considerações finais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Competência Comunicativa; Ensino de Língua Portuguesa; Gêneros Textuais.

## **ABSTRACT**

The work research aims to demonstrate the contribution of textual genres in the development of communicative competence of learners in the teaching process of the Portuguese Language, as well as to highlight their contributions to a more productive and relevant language teaching. It is a research of a bibliographic nature. The theoretical basis is based on authors such as Travaglia (2009), Bagno (2002), Oliveira (2010), Silva (2009), Lima (2014) Koche (2017), among others that address the issue of Portuguese Language teaching and on the textual genres. Therefore, the present research is divided as follows: in the first section, titled Portuguese Language Teaching, we present some considerations regarding the teaching practices of Portuguese as mother tongue; in the second section, we talk about the some theoretical aspects about the textual genres and about the textual types; in the third section, we discuss some aspects concerning the concept of communicative competence, as well as the implications of this concept as an objective of teaching Portuguese; on wednesday, we discuss the relation between textual genres and the development of communicative competence and their contributions in the teaching of the Portuguese language and, finally, the final considerations.

**KEY WORDS:** Communicative Competence; Teaching Portuguese Language; Textual Genres.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	<b>13</b>
2.1 Algumas considerações sobre as práticas de ensino do português .....	13
<b>3 GÊNEROS TEXTUAIS E TIPOS TEXTUAIS</b> .....	<b>21</b>
3.1 Os Gêneros textuais .....	21
3.2 Os tipos textuais.....	25
<b>4 A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	<b>29</b>
4.1 A Competência Comunicativa .....	29
4.2 A Competência Comunicativa como objetivo de ensino de português.....	32
<b>5 O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA POR MEIO DOS GÊNEROS TEXTUAIS</b> .....	<b>37</b>
5.1 Os gêneros textuais e o desenvolvimento da competência comunicativa .....	37
5.2 Contribuições dos gêneros textuais no ensino .....	39
5.3 Os gêneros e atividades que auxiliam no desenvolvimento da competência comunicativa.....	45
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa de trabalho tem como objetivo demonstrar a contribuição dos gêneros textuais, no desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos, no processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa, bem como destacar suas contribuições para um ensino de língua mais produtivo e relevante. A escolha desta temática deve-se ao fato de que o ensino da Língua Portuguesa tem o objetivo de ajudar ao aluno a desenvolver sua competência comunicativa, entretanto, observa-se que as práticas pedagógicas de muitos professores ainda estão fortemente marcadas por práticas tradicionais, limitando, assim, os discentes ao estudo de regras da gramática normativa.

O ensino de língua sob essa perspectiva tem recebido muitas críticas, tendo em vista que não tem apresentado resultados satisfatórios para melhorar o desenvolvimento linguístico dos educandos. Muitos alunos têm chegado ao final da educação básica apresentando baixo desempenho linguístico, no geral eles apresentam grandes dificuldades na expressão oral e escrita da Língua Portuguesa, assim como baixo nível de leitura e dificuldades em interpretar textos. Esses resultados provam a ineficácia de um ensino de língua desvinculado de suas funções sociais, o qual tem contribuído em grande medida para o fracasso do ensino aprendizagem da Língua Portuguesa.

Entretanto, o florescimento dos campos de estudos na área da linguística e de outras áreas educacionais tem apresentado grandes contribuições ao ensino de Língua Portuguesa e tem promovido novas reflexões sobre o ensino aprendizagem de língua materna nas escolas. Atualmente, pode-se perceber que há muitas propostas com o propósito de melhorar a qualidade do ensino de língua nas escolas.

Deste modo, ultimamente, tem se discutido muito sobre a necessidade das escolas em realizar uma reorientação das práticas de ensino vigentes para que possam oferecer aos alunos um ensino aprendizagem da Língua Portuguesa em consonância com os novos paradigmas contemporâneos, tendo o texto como sua unidade básica. Nesse contexto, o que passa a ter valor no ensino de língua não é mais o conjunto de sentenças isoladas e descontextualizadas da gramática normativa, mas sim o texto, que é visto como a unidade mínima da comunicação. Entende-se que ao se comunicar as pessoas não utilizam apenas palavras ou

frases, mas formam textos, compreende-se, então, que só ele pode ser o objeto de análise e estudo no ensino da língua.

Deste modo, o presente trabalho objetiva demonstrar a importância do trabalho com os gêneros textuais no desenvolvimento da competência comunicativa dos discentes no uso oral e escrito da Língua Portuguesa, tendo em vista que, atualmente, vivemos em uma sociedade letrada em que o domínio da língua oral e escrita são competências cada vez mais exigidas na maioria das atividades profissionais contemporâneas.

Além do mais, é importante destacar que o domínio da língua oral e escrita é uma das condições para a plena participação do indivíduo em seu meio social. O ensino de Língua Portuguesa não pode, portanto, afastar-se do objetivo de tornar as pessoas mais participativas e atuantes na sociedade. Assim, é de suma importância que a escola desenvolva a competência comunicativa dos discentes no uso oral e escrito da Língua Portuguesa, isto é, que desenvolva a capacidade deles em compreenderem e produzirem textos orais e escritos adequadamente diante das mais diversas situações de comunicação.

Sabe-se que, quando o aluno chega à escola, este já sabe falar perfeitamente o português como língua materna, entretanto, ele ainda não sabe como se portar linguisticamente nas mais diversas situações sociais de uso da linguagem. Por exemplo, ele ainda não sabe como se comportar linguisticamente em um seminário, em uma conferência, ele ainda não sabe como escrever um currículo, artigo científico, etc. Deste modo, a escola deve ajudar o aluno a desenvolver sua competência comunicativa para que possa utilizar a língua de modo adequado a cada tipo de interação.

Muitas vezes, o conhecimento linguístico que o aluno possui ao chegar à escola e utiliza cotidianamente em sua comunidade são suficientes para atender as necessidades do dia a dia, mas não será aceito ou bem visto em determinados casos e ele precisará utilizar variedades mais formais. Caso contrário, poderá criar uma barreira entre ele e as pessoas com quem pretende se comunicar, podendo confundi-lo ou constrangê-lo.

Deste modo, esta pesquisa com a temática: Ensino de língua portuguesa o desenvolvimento da competência comunicativa por meio dos gêneros textuais teve como objetivo responder a seguinte questão: que contribuições os gêneros textuais

podem oferecer para o desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos no processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa?

Para tanto, o presente estudo teve sua metodologia fundamentada em pesquisas bibliográfica. A fundamentação teórica embasou-se em autores como: Antunes, Travaglia, Bagno, Oliveira, Silva, Lima, dentre outros que abordam sobre a questão do ensino de Língua Portuguesa e sobre os gêneros textuais. Por conseguinte, a presente pesquisa está dividida da seguinte forma: na primeira seção, intitulada de Ensino de Língua Portuguesa, expõem-se algumas considerações referentes às práticas de ensino do português como língua materna; na segunda seção, fala-se de alguns aspectos teóricos sobre os gêneros textuais e sobre os tipos textuais; na terceira seção, discute-se sobre alguns aspectos concernentes ao conceito de competência comunicativa, bem como das implicações desse conceito como objetivo de ensino da Língua Portuguesa; na quarta, aborda-se sobre a relação dos gêneros textuais com o desenvolvimento da competência comunicativa e suas contribuições no ensino aprendizagem da Língua Portuguesa e, por fim, as considerações finais.

## **2 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

### **2.1 Algumas considerações sobre as práticas de ensino do português**

O ensino da Língua Portuguesa tem sido alvo de grandes discussões, entre elas está o fato de ainda permanecer fortemente marcado por práticas tradicionais, sob essa perspectiva, ensinar é sinônimo de passar conteúdo. No ensino do português, essa tendência se expressa na organização de aulas com ênfase na memorização de regras e conceitos da gramática normativa. Essa forma de ensinar dominou o ensino no Brasil, sobretudo nas décadas de 50 e 60, e ainda hoje permanece presente na prática pedagógica de muitos professores.

O centro do ensino era a gramática normativa, acreditava-se que, aprendendo as regras da gramática normativa, os alunos seriam capazes de ler, escrever e falar corretamente. Entretanto, essa prática de ensino tem sido muito discutida nas últimas décadas e tem recebido muitas críticas, pois não tem apresentado contribuições para melhorar o desempenho linguístico dos educandos. Muitos alunos têm chegado ao final da educação básica apresentando baixo desempenho linguístico, no geral eles apresentam grandes dificuldades na expressão oral e escrita da Língua Portuguesa, assim como um baixo nível de leitura e dificuldades em interpretar textos.

Convém destacar que esse baixo desempenho linguístico, demonstrado pelos estudantes na utilização da língua, seja na modalidade oral quanto escrita, tem ocupado um lugar privilegiado na crise do sistema educacional brasileiro. Dado que as dificuldades no aprendizado da Língua Portuguesa têm dificultado a formação do indivíduo, sendo considerada uma das principais causas do insucesso escolar. Com grandes deficiências na aprendizagem da leitura e escrita o aluno sente dificuldades para dar prosseguimento aos seus estudos e quase sempre abandona a escola. Futuramente, este aluno terá dificuldades em conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente, tendo dificuldades de fazer valer os seus direitos, ficando, assim, às margens da sociedade.

Esses resultados provam a ineficácia de um ensino de língua desvinculado de suas funções sociais. Observa-se que as práticas pedagógicas dos professores de português como língua materna ainda estão fortemente marcadas pelas práticas tradicionais, limitando os alunos ao estudo de regras da gramática normativa, as quais não representam as inúmeras formas de uso da língua em

situações reais, corroborando, assim, em certa medida para o fracasso do ensino aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas.

Durante muito tempo a escola acreditou que, para melhorar o desenvolvimento linguístico dos educandos, era necessário que eles conhecessem os mecanismos de funcionamento da língua, tal como apresentado nas gramáticas normativas. Entretanto, observa-se que o ensino da gramática em nome do ensinamento da língua não tem conseguido atingir seu objetivo de levar o aluno a falar e escrever melhor e tem causado prejuízos na formação dos alunos. Pois, como enfatiza Travaglia, esse tipo de ensino prescritivo da língua que tem sido feito:

(...) tem causado prejuízos na formação do aluno, em termos do conhecimento linguístico de que disporá em sua vida, sobretudo no que diz respeito à obtenção de uma competência comunicativa mais ampla. Mesmo porque o ensino prescritivo que tem sido feito não tem conseguido nem mesmo seu objetivo de levar os alunos a terem uma competência que se considere satisfatória no uso das variedades culta e escrita da língua. (TRAVAGLIA, 2009, p. 40)

A partir da citação acima, pode-se perceber claramente que o estudo da gramática normativa não é condição para formar um bom usuário da língua, tendo em vista que não possibilita nem ao menos aos alunos um domínio satisfatório na variedade culta e escrita, e tão pouco tem ajudado aos alunos na tarefa de desenvolver a ampliação de seus recursos linguísticos para interagir nas mais variadas situações comunicativas. Além disso, é importante destacar que essa prática de ensino está trazendo sérios problemas a educação, tais como:

Exclusão pelo preconceito linguístico, dos alunos cujas variantes não se aproximam da norma padrão; redução do ensino de língua ao aprendizado de regras para o bom uso desta; perpetuação de crenças, mitos e preconceitos sobre a escrita; desconhecimento da importância da educação da oralidade; entre outros inúmeros problemas. (LIMA, 2014, p.33)

Nessa perspectiva, o estudo gramatical na escola afasta-se do objetivo de ampliar a cultura de cada aluno para estigmatizar as diferenças linguísticas. Posto que as práticas tradicionais, pautadas nas ideologias da gramática tradicional, compreendem a língua como algo estático e modelar, como uma estrutura abstraída do seu contexto de uso. Deste modo, ela elege a língua padrão como a única forma correta de uso da língua e desconsidera as demais variedades da língua.

Assim, na escola, apenas a variedade culta ou padrão é privilegiada em sala de aula, enquanto as outras formas de uso da língua são desconsideradas no processo de ensino. Esse modelo de ensino tem como um dos objetivos a correção

formal da linguagem, dessa forma, objetiva levar o aluno a substituir seus padrões linguísticos, muitas vezes considerados errados pela norma culta.

Com relação a esse tipo de ensino, Bagno (2004) enfatiza que fomos habituados a aprender e a ensinar português como se a língua fosse uma coisa homogênea, uniforme, pronta e acabada, e que o ensino de língua, ainda hoje, é feito com bases em dogmas e preconceitos os quais de científicos não possuem nada. Nesse sentido, o professor de português que concebe a língua como um fenômeno homogêneo apenas contribui para reforçar a propagação de mitos e preconceitos criados por essa concepção, bem como propagar o preconceito linguístico que estigmatiza milhões de brasileiros.

Essa concepção de língua não leva em conta, na análise linguística, o uso linguístico e nem o sujeito que usa a língua, assim como ignora a existência das variações linguísticas. Sobre essa questão, Silva (2009) enfatiza que, sob esse modelo teórico, a língua é vista como um objeto descontextualizado, por isso, é explicada a partir de palavras ou sentenças que não apresentam significados reais. Dessa forma, não considera o falante como um elemento relevante na produção linguística, assim como não leva em conta as circunstâncias em que a língua é utilizada.

Para Oliveira (2010), essa forma de conceber a linguagem trouxe problemas para a prática docente, tendo em vista que, a partir dessa perspectiva, configura-se um ensino de língua desvinculado das práticas sociais de uso da linguagem, já que desconsidera o sujeito que fala e o uso que se faz da língua, desconsiderando as variações linguísticas. De acordo com o autor supracitado, ignorar esses elementos no ensino é contraintuitivo porque as estruturas gramaticais são ensinadas sem abordar os usos que se fazem delas e a variação linguística é tratada de maneira irracional e preconceituosa.

Entretanto, convém destacar que, apesar dos mais diversos diagnósticos de crise, falhas e denúncias, o ensino de Língua Portuguesa persiste centrado nessa perspectiva conservadora e equivocada da gramática normativa, pois a tendência é reproduzir esse procedimento dogmático e prescritivo na escola, acreditando em seu funcionamento.

Além do ensino da Gramática, a escola trabalha a leitura e a escrita com os alunos. Contudo, é importante frisar que essas atividades continuam sendo desvalorizadas, ocorrendo em momentos específicos, e são efetuadas,

especialmente, para avaliação. Observa-se que, nas práticas de leitura, não há lugar para o prazer e aos professores é importante apenas cumprir com as obrigações, corroborando para que os alunos sintam desgosto pela leitura. Além disso, convém destacar que, nas escolas, muitas vezes faltam materiais adequados para as práticas de leitura e, às vezes, os únicos materiais disponíveis para a leitura são os livros didáticos. Assim, os alunos são obrigados a lerem e relerem esses materiais, mesmo que não tenham interesse neles.

Com relação à escrita, verifica-se que os alunos são obrigados a fazerem cópias de determinados textos dos materiais didáticos, geralmente são textos enormes e enfadonhos, e produzem redações que objetivam unicamente a obtenção de notas. Sobre essas práticas tradicionais, Carlos Alberto Farraco, em seu artigo intitulado “As sete pragas do ensino de Português”, resume a metodologia utilizada neste tipo de ensino em:

(...) leitura não compreensiva; a leitura de textos desligados da realidade e afastados dos interesses dos alunos; as redações que objetivam unicamente a obtenção de nota; os conteúdos programáticos inúteis; as estratégias inadequadas na correção dos textos; (FARACO, 2011, apud TIEPOLO, 2014, p.41)

De acordo com o autor, nessa perspectiva, a linguagem é vista como um grande monumento pronto e acabado, e somente cabe aos alunos aprendê-la como tal. A escola nasce para cultivar essa linguagem correta, perfeita e atemporal. Para isso abstrai-se a história que envolve a vida humana e, que, portanto, também envolve a linguagem.

Em face de tudo o que já foi exposto até aqui sobre as práticas tradicionais de ensino baseadas na gramática normativa, pode-se concluir que o ensino da língua sob essa perspectiva não tem apresentado bons resultados, tendo em vista que não contribui para melhorar o desempenho linguístico dos estudantes. Quando, na verdade, o que tem feito é contribuído para que permaneça a crítica situação no ensino aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas.

Deste modo, com o propósito de melhorar esse quadro nada animador, muitas ações têm sido desenvolvidas, no sentido de motivar e fundamentar uma reorientação das práticas de ensino de língua nas escolas. Sabe-se que as práticas tradicionais de ensino são frutos de um momento histórico e que correspondiam às necessidades da época e da sociedade. Entretanto, desde então, houve muitos avanços em relação aos estudos voltados a educação e a linguagem. E hoje existe

um acúmulo muito grande de estudos e informações que possibilitam romper com as práticas tradicionais de ensino.

O florescimento dos campos de estudos na área da linguística e de outras áreas educacionais tem apresentado grandes contribuições ao ensino de Língua Portuguesa, tendo em vista que as ciências linguísticas têm trazido novas orientações para o ensino de língua e contribuído para o estabelecimento de novos currículos, bem como para a criação de cursos de formação e aperfeiçoamento de professores, mostrando a necessidade de repensar, criticamente, o ensino aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas.

Além disso, as transformações tecnológicas e econômicas pelas quais a sociedade tem passado impõem exigências cada vez maiores à escola na tentativa de se adequar o ensino às necessidades atuais. Atualmente, vivemos em uma sociedade letrada em que o domínio da língua oral e escrita são competências cada vez mais exigidas na maioria das atividades profissionais contemporâneas.

Ademais, possuir o domínio da linguagem é fundamental para inserção das pessoas na sociedade. Sendo assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) defendem que “um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de contribuir para garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p.19). Este posicionamento dos PCN, deste então, tem oportunizado a discussão, da relação que se estabelece entre língua e cidadania, tendo em vista que a relação que se estabelece entre os usos da língua e os múltiplos contextos socioeconômicos, culturais e geográficos possibilita levar o aluno a pensar sua língua como parte de sua cultura e do meio em que está inserido.

Observa-se que, apesar de nas escolas ainda permanecer as práticas tradicionais de ensino, que são baseadas no ensino de nomenclaturas gramaticais, convém destacar que as novas propostas de práticas de ensino têm, como ponto crucial, a linguagem em uso. Deste modo, os PCN estabelecem que os conteúdos de Língua Portuguesa devem se organizar em função do desenvolvimento das quatro habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever, organizando-se em torno de dois eixos básicos: o do uso da língua oral e escrita e o da reflexão sobre a língua.

Nesse contexto, o que passa a ter valor no ensino de língua não é mais o conjunto de sentenças isoladas e descontextualizadas da gramática normativa, mas sim o texto, que é visto como a unidade mínima da comunicação. Entende-se que, ao se comunicar, as pessoas não utilizam apenas palavras ou frases, mas formam textos com o propósito de se comunicarem. Prontamente, só pode ser ele o objeto de análise e estudo no ensino da língua, podendo até afirmar que o trabalho com os textos em sala de aula representa o estudo da língua em seus diversos usos reais, uma vez que qualquer interação linguística é feita por meio de texto.

A partir dessas perspectivas, observa-se que os PCN têm privilegiado a concepção interacional e discursiva da linguagem. Nesse sentido, a língua é concebida como um sistema inserido num contexto de interação social, levando em conta, na análise dos fatos linguísticos, o sujeito que a utiliza, em qualquer situação de comunicação. Sob essa perspectiva, dominar uma língua consiste em ter a capacidade de fazer uso dos recursos expressivos dela em suas variedades para poder atingir determinados objetivos comunicativos e intenções de interlocução.

O que só é possível ao se levar em conta a sua dimensão discursiva (quem diz o que, em que momento, usando qual suporte de texto etc.), isso é mais do que perceber seus significados possíveis dadas as situações históricas, sociais e interlocutivas, que são constituintes da significação. (TIEPOLO, 2014, p.44)

Segundo Tiepolo (2014), estudar a Língua Portuguesa é entender de que forma os discursos se organizam, para compreender o que os sujeitos, historicamente localizados, dizem e como dizem, considerando suas intenções e o modo como produzem seus próprios textos (orais ou escritos), registrando suas histórias e percepções de mundo. Nessa perspectiva, aprender uma língua não é somente aprender palavras e conseguir combiná-las em expressões complexas, mas compreender seus significados e a maneira como as pessoas se comportam quando pretendem se comunicar de forma mais eficaz para obterem êxito nas interações e intervenções que empreendem.

É por meio da linguagem que as pessoas conseguem expressar suas ideias, pensamentos, intenções, por meio dela os sujeitos agem uns sobre os outros, constituem compromissos e vínculos, é por meio da linguagem que as pessoas tem acesso ao conhecimento, é através desse instrumento que conseguem se comunicar, obtêm informações, expressam e defendem seus pontos de vista.

Assim, o ideal é que, ao invés de querer corrigir o conhecimento linguístico que os educandos já possuem, com o propósito de impor um único padrão de linguagem, as práticas de ensino devem considerar o conhecimento prévio dos discentes e devem buscar a ampliação do conhecimento linguístico destes, de modo que cada aluno se torne capaz de compreender e de produzir os mais diferentes tipos de textos nas mais variadas situações.

A adoção desses paradigmas possibilita mudanças significativas ao ensino de português, por exemplo, as práticas tradicionais baseadas em frases soltas da gramática normativa são substituídas pelo estudo dos textos orais e escritos, sendo, portanto, o objeto de ensino-aprendizagem da língua. Deste modo, é fundamental que o sistema educacional brasileiro empreenda esforços em criar condições para que a escola ofereça aos alunos um ensino em conformidade aos novos paradigmas contemporâneos de ensino de Língua Portuguesa.

Contudo, convém relatar que a aplicação dessa proposta no ensino requer mudanças que rompam com os velhos paradigmas no contexto educacional. Sendo assim, é necessário que os professores de Língua Portuguesa se empenhem em quebrar as velhas barreiras que os limitam e busquem alternativas que proporcionem um ensino de qualidade aos seus educandos.

Para tanto, é pertinente que as escolas e, principalmente, os docentes exerçam posturas pedagógicas que privilegiem a dimensão interacional e discursiva da linguagem, e adotem o texto como eixo em torno do qual suas aulas devem girar. Enquanto os docentes não superarem as perspectivas tradicionalistas de ensino da língua e da linguagem, o ensino do português permanecerá baseado nas ideologias da gramática normativa.

Nessa mesma direção, Geraldi (2006) defende que, para a mudança da situação atual do ensino, não basta reparar alguns pontos, pois nada será resolvido no ensino do português se não mudar a concepção de linguagem e de ensino de língua nas escolas. Segundo o referido autor, uma nova concepção de linguagem possibilita a construção não só de uma nova metodologia, mas também de um novo conteúdo de ensino. A atuação do docente de português está diretamente ligada às noções que possui sobre a linguagem, tendo em vista que a maneira como o professor concebe a linguagem determina a ação metodológica que adota diariamente. Sobre essa questão, vale mencionar as palavras de Antunes (2003, p.39), que diz:

Toda prática pedagógica de ensino do português tem subjacente (...) uma determinada concepção de língua. Nada do que se realiza em sala de aula deixa de estar dependente de um conjunto de princípios teóricos, a partir dos quais os fenômenos linguísticos são percebidos e tudo, conseqüentemente, se decide. Desde a definição dos objetivos, passando pela seleção dos objetos de estudos, até a escolha dos procedimentos mais corriqueiros e específicos, em tudo está uma determinada concepção de língua, de suas funções, de seus processos de aquisição, de uso e de aprendizagem.

A partir dessa citação, o que se pode constatar é a não existência de uma prática pedagógica neutra, todas estão atreladas a uma determinada concepção de língua. Deste modo, é de suma importância que os docentes fiquem atentos aos pressupostos teóricos que sustentam cada atividade proposta aos alunos, porque podem acabar sendo executores de uma metodologia contrária aos objetivos que pretendem alcançar.

De acordo com Lima (2014), concepções que compreendem a linguagem como algo externo ao sujeito, por exemplo, como expressão do pensamento ou instrumento de comunicação, geram atividades de repetição de conceitos e regras prontas. Em compensação, quando se compreende a linguagem como atividade discursiva e o texto como unidade de ensino, as atividades são voltadas para a escuta e produção de textos orais e escritos, possibilitando, assim, a ampliação da competência comunicativa do aluno, progressivamente.

Em suma, para que isso ocorra é preciso que os professores rompam com as práticas tradicionais de ensino baseadas no ensino da gramática normativa e que adotem o texto como unidade de ensino, posto que, somente através do estudo dos gêneros textuais, é possível levar o aluno a interpretar e a produzir diferentes tipos de textos que circulam socialmente. Por isso, cabe a escola garantir o acesso aos saberes linguísticos a seus alunos, para que se tornem capazes não só de interpretar, mas também de produzir diferentes tipos de textos nas mais variadas situações.

### 3 GÊNEROS TEXTUAIS E TIPOS TEXTUAIS

#### 3.1 Os Gêneros textuais

Os conceitos de gêneros e tipos textuais são de fundamental importância para as práticas de ensino de língua, visto que ajudam na reflexão de como ensinar a língua com base nas práticas reais de uso da linguagem. Devido à existência de várias correntes teóricas que discutem a respeito da teoria dos gêneros textuais, podem-se encontrar diferentes definições sobre esses fenômenos.

Marcuschi (2003, p. 22-23) utiliza a expressão gênero textual para se referir “aos textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.” Assim, podem ser citados como exemplos de gêneros textuais: o anúncio, o blog, o e-mail, o seminário, a receita, a notícia, a entrevista, o debate, o Facebook, entre muitos outros textos, que circulam socialmente.

O autor destaca que os gêneros surgem juntamente com as necessidades socioculturais, bem como de sua relação com as inovações tecnológicas. Conforme o autor, nos últimos séculos, a intensa utilização das novas tecnologias e as influências que elas exercem nas atividades comunicativas cotidianas propiciaram o surgimento de novos gêneros textuais e novas formas de comunicação na modalidade oral e escrita, podendo explicar a quantidade de gêneros existentes atualmente em relação a sociedades anteriores.

Os gêneros textuais são de suma importância no processo de interação entre os indivíduos, uma vez que é através dos gêneros textuais que as pessoas conseguem se comunicar umas com as outras. Conforme defende Bakhtin:

Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo de fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível. (BAKHTIN, 200, apud GONCALVES, 2011, p.28)

Conforme o autor supracitado, os gêneros organizam nossa fala e nossa escrita, e não haveria comunicação se não existissem os gêneros textuais, uma vez que a utilização da língua se efetua sempre em forma de textos orais ou escritos. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que todas as produções realizadas pelas pessoas, sejam orais ou escritas, são gêneros textuais. Ainda com base em Bakhtin:

Os domínios da atividade humana, por mais variados que sejam, estão sempre ligados à utilização da linguagem. Nada de espantoso que o caráter e o modo dessa utilização sejam tão variados como os próprios domínios da atividade humana, o que não entra em contradição com a unidade de uma língua. A utilização de uma língua efetua-se sob a forma de enunciados concretos, únicos (orais e escritos) que emanam dos representantes de um ou outro domínio da atividade humana. (BAKHTIN, 2000 apud GONCALVES, 2011, p.28)

Deste modo, devido à heterogeneidade dos campos de utilização da língua e, conseqüentemente, dos gêneros, Bakhtin faz uma distinção entre gêneros primários e gêneros secundários. Os gêneros primários (diálogos com a família, cartas, bilhetes, etc.) são tidos como os mais simples da esfera da comunicação, pois são utilizados em situações de comunicação espontaneamente, não elaborados, e sem formalidade, sendo os que geralmente são utilizados no dia a dia.

Os secundários (o romance, o teatro, o discurso científico, etc.) são os que se formam em situações de comunicação ligados a esferas, públicas e mais complexas de interação social, são utilizados em situações mais formais, e que exigem uma linguagem mais elaborada. Conforme o autor, estes se constituem a partir dos gêneros primários, absorvendo-os e transmutando-os, principalmente na modalidade escrita.

No dia a dia, a comunicação sempre ocorre por meio de gêneros textuais específicos que o usuário utiliza, tendo em vista que a linguagem sempre toma a forma de texto orais ou escritos, estando, assim, presentes em todas as circunstâncias em que as ações humanas são mediadas pelo uso da linguagem. No dia a dia, as pessoas são levadas a produzir diferentes textos para poder interagir com seus semelhantes.

Imagine o cotidiano de uma executiva. Ao acordar, ela deixa um bilhete para o filho que ainda está dormindo e uma lista de compras para a empregada, que se atrasou. Chegando ao escritório, na sua rotina diária, escreve e-mails e cartas comerciais, dá telefonemas e organiza reuniões. Todos esses textos que ela produz, orais ou escritos, são gêneros textuais (bilhete, lista de compras, e-mails, telefonemas, cartas comerciais, reunião). (KOCHE, 2017, s/nº)

Como é possível perceber pela situação ora descrita, os gêneros textuais estão intimamente relacionados a situações sociais concretas, sendo utilizados pelas pessoas diariamente nas práticas sociais de uso da linguagem, pois, para falarem e escreverem, é necessário que as pessoas utilizem os gêneros textuais.

Entretanto, a escolha dos gêneros a serem usados pelo sujeito não são aleatórias. De acordo com Koche e Elias (2011, p.54), “[...] todos nós,

falantes/ouvintes, escritores/leitores, construímos, ao longo de nossa existência, uma competência metagenérica, que diz respeito ao conhecimento de gêneros textuais, sua caracterização e função”. De acordo com as autoras supracitadas, essa competência que possibilita ao sujeito a escolha adequada do que produzir, textualmente, nas situações comunicativas da qual participa. Devido a essa competência, as pessoas não contam piada em um velório, e nem cantam o hino do seu time de futebol em uma conferência acadêmica. Além disso, é essa competência que possibilita aos sujeitos de uma interação a diferenciar os diversos gêneros, ou seja, saber se estão diante de um horóscopo, um bilhete ou um diário, bem como identificar as práticas de linguagem que os requerem.

Assim, a escolha do gênero é sempre realizada em função da intenção do sujeito, e da situação sociocomunicativas em que está inserido. Por isso, entre os inúmeros gêneros existentes, o sujeito deve escolher o que melhor se adapta à situação comunicativa da qual participa. Como são infinitas as situações comunicativas que requerem a utilização dos gêneros textuais, existe uma infinidade de gêneros orais e escritos, dado que, cada vez que a língua é colocada em uso ela, é de uma forma específica, tendo em vista, os diferentes contextos em que seus usuários a utilizam.

De acordo com Koche (2017), o sujeito pode valer-se dos gêneros que já existem e modificá-los conforme as situações de comunicação em que são utilizados ou, até mesmo, criar um gênero a partir de um já existente. Outra característica importante sobre os gêneros textuais é o fato deles serem relativamente estáveis, isto é, podem sofrer alterações de acordo com a situação comunicativa em que são empregados.

Entretanto, é importante que fique claro que, nas interações, os sujeitos usuários da língua não inventam, simplesmente, formas textuais para se comunicar com seus semelhantes, pois, de acordo com Silveira (2005, p. 39), os gêneros textuais “são preexistentes aos indivíduos e disponíveis no uso social da língua em toda e qualquer cultura”. Conforme o autor, o uso de gêneros enquanto formas originais de ação e interação e de comunicação, está de diretamente ligado aos aspectos culturais, sociais e históricos pertencentes à cultura na qual são correntemente utilizados. Além disso, podem sofrer alterações decorrentes das transformações das práticas sociais da comunidade que os utiliza. Sobre essa questão, Koche e Elias (2011, p.58) enfatizam que:

Como qualquer outro produto social, os gêneros não são formas fixas, mas estão sujeitos a mudanças, decorrentes das transformações sociais, de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal, bem como de modificações conforme o lugar atribuído ao ouvinte.

Ou seja, os gêneros estão sujeitos a mudanças decorrentes das transformações da vida social, que impulsionam, também, modificações nas práticas de uso da linguagem, devido a isso os gêneros textuais também sofrem alterações para poder atender às novas possibilidades e necessidades sociais. Dessa maneira, há gêneros que caem em desuso e gêneros novos que surgem.

Entretanto, convém destacar que cada gênero é marcado pelas especificidades de cada esfera da comunicação, pois, para cada intuito de comunicação, há um gênero que melhor se adequa. Cada gênero possui suas características e, devido a elas, constituem-se sempre em um objeto único, resultado das transformações histórico-sociais. Por isso, mesmo que alguns gêneros apresentem características semelhantes, cada um possui finalidade própria e corresponde a uma determinada função dentro da esfera de comunicação.

Em termos Bakhtinianos, os gêneros textuais costumam ser definidos por três aspectos: o conteúdo, a estrutura ou forma e pelo estilo. O conteúdo se refere ao tema esperado de um determinado gênero (carta, conversa, palestra, notícia). A estrutura se refere à forma específica da qual os gêneros pertencem, como a narração, descrição, etc. Já o estilo:

Está indissociavelmente vinculado a determinadas unidades temáticas e, o que é mais, a determinadas unidades composicionais: tipos de estruturação e conclusão de um todo, tipo de relação entre locutor e outros parceiros da comunicação verbal (relação como ouvinte, ou como leitor, com interlocutor, com o discurso do outro, etc.). (KOCHE; ELIAS, 2011, p.60)

O que significa dizer que o conteúdo temático, associado à composição e ao estilo formal, se funde na constituição de um todo que se denomina gênero textual. Entretanto, convém destacar que os gêneros se caracterizam muito mais por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais, do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais.

Segundo Marcuschi (2003), os gêneros são difíceis de definições formais, entretanto, embora não se caracterizem nem se definam por aspectos formais, sejam eles estruturais ou linguísticos, e sim por aspectos sociocomunicativos e funcionais, isso não quer dizer que estejam desprezando a forma, tendo em vista que, em muitos casos, são as formas que determinam o

gênero e, em outros tantos, serão as funções. Contudo, haverá casos em que será o próprio suporte ou o ambiente em que os textos aparecem que irão determinar o gênero presente. Sobre essa questão, o autor cita como exemplo:

O caso de um determinado texto que aparece numa revista científica e constitui um gênero denominado "artigo científico"; imaginemos agora o mesmo texto publicado num jornal diário e então ele seria um "artigo de divulgação científica". É claro que há distinções bastante claras quanto aos dois gêneros, mas para a comunidade científica, sob o ponto de vista de suas classificações, um trabalho publicado numa revista científica ou num jornal diário não tem a mesma classificação na hierarquia de valores da produção científica, embora seja o mesmo texto. Assim, num primeiro momento, podemos dizer que as expressões "mesmo texto" e "mesmo gênero" não são automaticamente equivalentes, desde que não estejam no mesmo suporte. (MARCUSCHI, 2003 p.21)

Deste modo, deve-se ter cautela ao considerar o predomínio de formas ou funções para determinar e identificar um gênero, tendo em vista que os gêneros não se caracterizam como formas estruturais estáticas e definidas de uma vez por todas, sendo importante que se compreenda que os gêneros não são entidades formais, mas sim entidades comunicativas. Os gêneros são muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças, por isso é que muitas pessoas costumam confundir os gêneros textuais, que são as realizações concretas da língua, com tipos textuais que constituem sequências linguísticas e não são textos empíricos.

### **3.2 Os tipos textuais**

Os gêneros textuais costumam ser confundidos com tipos textuais, entretanto, enquanto os gêneros textuais são textos empíricos, ou seja, são realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sociocomunicativas, os tipos textuais são "uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}". (MARCUSCHI, 2003, p.22). Diferentemente dos gêneros textuais, que são ilimitados, os tipos textuais são limitados e abrangem cerca de seis categorias conhecidas, como narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Entretanto, convém destacar que essas categorias variam de teoria para teoria. Além disso, o que para alguns teóricos são tipos textuais, para outros são gêneros e vice-versa. Abaixo será apresentado as características dos tipos textuais mais conhecidos.

O tipo descritivo caracteriza-se pela apresentação de propriedades, qualidades, sua situação no espaço, etc. Nele predominam verbos de estado e situação ou os que indiquem propriedades, qualidades, atitudes, que aparecem no presente. Este tipo de texto envolve a descrição de algo, apresentando suas qualidades e impressões, e “permite ao leitor construir um retrato mental daquilo que está sendo descrito” (OLIVEIRA, 2010, p.78). Em outras palavras, pode-se dizer que o texto descritivo capta as impressões de algo de uma determinada forma que é possível criar um retrato na mente do sujeito, como uma fotografia revelada por meio de palavras.

Os gêneros textuais que se encontra a sequência linguística desse tipo são os romances, contos, anúncios, etc. A descrição também pode abranger características objetivas, onde o texto procura descrever as formas exatas e realistas, as características físicas e concretas de algo, sem conceder juízo de valor ou impressões subjetivas, bem como pode abranger, também, características subjetivas, que apresentam o ponto de vista de quem descreve e suas impressões pessoais a respeito de algo.

O tipo narrativo é, talvez, o mais antigo dos tipos textuais, pois, desde que o mundo é mundo, o ato de ouvir e contar história fascina as pessoas. O texto narrativo é aquele que narra uma história, é um relato dos fatos vivenciados por personagens e ordenados em uma sequência lógica e temporal. Caracteriza-se pela percepção no tempo, efetuando-se por meio de verbos no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito e por meio de expressões adverbiais de tempo. Elementos linguísticos que são utilizados para expressar eventos organizados temporalmente, como podem ser vistos em romances, contos, notícias, etc. A estrutura desse tipo de texto se compõe das seguintes sequências: apresentação, complicação, clímax e desfecho; tendo, como elementos, os personagens, enredo, tempo, espaço e o narrador.

O tipo instrutivo ou injuntivo apresenta prescrições de comportamentos ou ações sequencialmente ordenadas, e possui, como principais marcas, os verbos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente, bem como articuladores adequados ao encadeamento sequencial das ações prescritas. São textos incitadores à ação, pois esse texto indica o procedimento para se realizar algo e visa instruir ou explicar. São exemplos de textos injuntivo: receitas, manuais de instruções, bula de remédio, entre outros.

O tipo expositivo apresenta diferentes formas de saberes e está relacionado à análise e síntese de representações conceituais. Esse tipo tende a ocorrer em textos informativos e explicativos, como artigos científicos, notícias jornalísticas, entrevistas, seminários e etc., explanando, principalmente, sobre determinado assunto, por meio de recursos como conceituação, definição, descrição, comparação, informação e enumeração.

O tipo argumentativo está ligado ao ato de julgar e à tomada de posição, tendo, como principal característica, a defesa de uma opinião, uma ideia, posicionamento, com o propósito de convencer que seu interlocutor acredite nela, são exemplos de textos que possuem essa estrutura: o debate, que possui como característica principal o confronto de opiniões em torno de um determinado assunto, o editorial e o artigo de opinião, etc.

Depois de descrever cada um dos tipos textuais, observa-se que estes se referem a traços linguísticos característicos, com predominância de certas formas verbais e de preferências por certas estruturas, que entram na constituição dos diversos gêneros, ou seja, os tipos textuais podem ser definidos como um conjunto de traços que construindo uma sequência que forma o texto, entretanto, não é um texto.

Sobre essa questão, Silveira (2005) enfatiza que os tipos textuais são estruturas disponíveis na língua, ou melhor, formas linguísticas convencionais que o usuário dispõe quando necessita organizar a linguagem, e o gênero é, de acordo com a autora, a utilização dessas estruturas em situações reais de comunicação “instância de usos em que elas aparecem sob uma organização típica, associadas a diferentes situações comunicativas” (SILVEIRA, 2005, p. 41). Contudo, convém destacar que um mesmo texto pode apresentar diferentes tipos textuais, uma vez que:

Não há gêneros textuais homogêneos podendo-se encontrar, num exemplar de gênero, diversas sequências, como por exemplo, um gênero de natureza argumentativa com várias sequências de narrativas; ou o contrário, um gênero de natureza narrativa recheado de avaliações servindo-se de sequências argumentativas. (SILVEIRA, 2005, p. 41)

A partir desta citação, pode se afirmar, portanto, que os gêneros textuais são heterogêneos, em virtude de que vários tipos textuais podem ser inseridos em um mesmo gênero. Diante do exposto até aqui, é necessário que fique claro que os gêneros textuais são textos empíricos, concretos e circulam socialmente. E que

realizam funções comunicativas diversas: convidar, persuadir, informar, descrever, instruir, etc.

Esses conceitos de gêneros e tipos têm sido muito importantes para o ensino de língua, tendo em vista que a língua sempre se manifesta em forma de textos orais e escritos, mostrando a necessidade dos professores adotarem o texto como objeto de ensino aprendizagem da língua, enfatizando os usos que se fazem da língua ao invés da gramática normativa baseada na memorização de regras e conceitos explicados por meio de sentenças isoladas, descontextualizadas, as quais não levam em conta os usos reais que as pessoas fazem da língua.

## 4 A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

### 4.1 A Competência Comunicativa

O conceito de competência comunicativa foi proposto pelo Sociolinguista norte-americano Dell Hymes, em 1996, logo depois que Noam Chomsky opôs o conceito de competência linguística ao conceito de desempenho. Segundo a teoria do Gerativismo de Chomsky, “a competência linguística é o conhecimento do sistema linguístico que possui o falante, permitindo produzir o conjunto de sentenças de sua língua; conjunto de regras construídas na mente do falante por meio de sua capacidade inata para a aquisição da linguagem”. (SILVA, 2009, p.39)

Esse conjunto de regras que o falante possui é que o possibilita produzir sequências linguísticas gramaticais consideradas bem formadas de acordo com o sistema de regras da língua que ele internalizou, sendo compreensíveis e reconhecidas como pertencentes a uma língua. Essas regras estão inconscientemente internalizadas na mente do falante de tal maneira que se torna muito difícil para que ele fale sem segui-las, a não ser que haja algum problema que o leve falante a não seguir essas regras.

No que se refere ao conceito de desempenho, este consiste no uso efetivo da língua pelo falante em situações concretas, ou seja, trata-se:

do comportamento linguístico resultante não apenas da competência linguística, mas igualmente de fatores não linguísticos - como convenções sociais, crenças, atitudes emocionais etc. - bem como do funcionamento dos mecanismos psicológicos e fisiológicos subjacentes à produção de enunciados. (SILVA, 2009, p.39).

Entretanto, Chomsky procurou descrever a língua fora de qualquer contexto de uso. Desta maneira, o referido pesquisador excluiu da pesquisa linguística o desempenho, ou seja, os usos concretos que as pessoas fazem da língua. Segundo ele, o uso que o falante faz da língua é um retrato imperfeito de sua competência devido a interferências dos fatores psicológicos e físicos, que fazem com que o falante esqueça uma palavra ou outra, repetindo as palavras e não completem sentenças.

Hymes (1971 apud OLIVEIRA, 2010) confrontou a posição de Chomsky no que se refere a esses dois conceitos. De acordo com o autor, para Hymes, não se pode considerar o desempenho como uma mera representação imperfeita da competência, pelo motivo de que a realidade linguística de qualquer falante-ouvinte

envolve relacionamentos socioculturais e estados emocionais e psicológicos diversos. O que Chomsky considerou falhas no uso do conhecimento linguístico, como lacunas funcionais, repetições e pausas, são, na verdade, fenômenos naturais e integrantes da produção linguística.

Assim, Hymes propôs o conceito de competência comunicativa que é bastante amplo para se referir não apenas ao conhecimento que o falante-ouvinte possui da sua língua, mas também a habilidade que este possui para utilizar esse conhecimento em situações reais de comunicação. Para ele, para que uma pessoa seja competente em sua língua, necessita não apenas ter conhecimentos das regras gramaticais, mas precisa possuir também a habilidade de utilizar essas regras, adequando-as às situações sociais em que se encontra no momento em que usa a língua.

Para o autor, a maneira como o usuário da língua a utiliza é influenciado pelas normas sociais e culturas do contexto em que faz uso da linguagem. E como são variados os contextos sociais, geográficos e culturais em que os usuários usam a língua, é importante que se compreenda que as pessoas não se expressam da mesma maneira. Cada um segundo o nível de instrução, idade, sexo, região, situação em que ocorre a comunicação usa a língua de uma determinada forma.

Conforme Bortoni (2004), um dos problemas do conceito de competência linguística visto por Hymes foi justamente o fato desse conceito não dar conta da questão da variação da língua, seja a variação linguística entre as pessoas, assim como a variação no repertório linguístico de uma mesma pessoa. Essa diversidade linguística presente em uma mesma comunidade, bem como na fala de uma mesma pessoa, foi o que fez com que Hymes reformulasse o conceito de competência linguística, proposto por Chomsky, apresentando assim, o conceito de competência comunicativa para referir-se a habilidade que as pessoas desenvolvem em saber o que é adequado dizer, e como dizer em determinadas situações.

Para Hymes, as pessoas aprendem que há diversas formas de se falar a mesma coisa e que, ao falar, podem escolher entre as opções que a língua lhes oferece, a mais adequada para falar de acordo com os fatores sociais e culturais do contexto em que ela se encontra no momento da interação linguística, tais como os propósitos e as normas da interação e o tipo de interação que o falante-ouvinte possui com o interlocutor.

Segundo Bortoni (2014), ao usar a língua, o falante não só utiliza as regras gramaticais, mas também faz uso de normas de adequação definidas por sua cultura. Essas normas de adequação permitem saber como deve se comportar linguisticamente em determinada situação. Se a situação é mais formal, o falante costuma selecionar uma forma linguística também formal, entretanto, se a situação é informal, ele se sente desobrigado de agir com mais formalidade e utiliza formas linguísticas mais coloquiais. Conforme a autora, a competência comunicativa de um falante é “o que lhe permite saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias.” (BORTONI; 2004, p.73)

Por exemplo, uma pessoa não utilizaria o mesmo nível de linguagem utilizado em uma reunião de trabalho, em uma conversa com seus familiares. Assim, como não utilizaria o mesmo nível que usaria em uma entrevista de emprego, em um bate papo com os amigos, pois, levando em consideração o que está estabelecido socialmente sobre o comportamento que se deve manter nessas ocasiões, as pessoas costumam selecionar a maneira mais adequada de se expressar.

Sob essa perspectiva, não existe erro linguístico, e sim a inadequação da variedade linguística usada em uma determinada situação de interação comunicativa, por não atender às normas sociais de uso da língua ou por não ser a mais adequada para alcançar os objetivos da intenção comunicativa que se pretende atingir, pois “todas as variedades são igualmente eficazes em termos comunicacionais nas situações em que são de uso esperado e apropriado” (TRAVAGLIA, 2009, p. 63). Entretanto, algumas formas linguísticas recebem um valor negativo quando utilizadas em algumas situações por não serem consideradas adequadas e acabam atribuindo um valor negativo a seus falantes, posto que o uso da língua, bem como as ações do ser humano como ser social, depende das normas que definem o que é um comportamento socialmente aceitável.

Conforme Travaglia (2017), a sociedade estabelece uma espécie de etiqueta social para o uso da língua e certas formas de utilização são mais e outras menos valorizadas, por isso, devem ou não ser empregadas em certas ocasiões. Igualmente a uma norma que estabelece que tipo de roupa uma pessoa deveria usar em cada situação, também existe uma norma social para uso das formas linguísticas. Deste modo, o autor defende que uma pessoa será um bom usuário da língua quando aprender usar de modo adequado os recursos da língua para a construção e constituição de textos apropriados que atendam o objetivo

comunicativo dentro de uma interação comunicativa, pois o que é utilizado em um determinado texto ou em uma situação poderá não ser adequado em outra situação.

Para ele, a competência comunicativa do usuário da está em:

(a) Quando produtor do texto saber escolher entre as diversas possibilidades oferecidas pela língua para construir seu texto do modo mais adequado para alcançar seu(s) objetivo(s) em dada situação; (b) Quando receptor do texto, saber distinguir entre os diferentes efeitos de sentido que cada recurso da língua usado e a forma resultante é capaz de produzir em dada situação, sendo portanto um leitor de textos orais e escritos capaz de compreender adequadamente os textos que chegam a ele. (TRAVAGLI, 2017, s/nº)

Deste modo, é necessário que as pessoas ampliem sua competência comunicativa para que possam utilizar a língua de modo adequado nas diversas circunstâncias e para que também possam compreender os mais diversos textos adequadamente. Esse paradigma é extremamente importante tendo em vista que a comunicação só acontece quando o texto produzido pelo locutor é de fato compreendido por seus interlocutores.

Grande parte dos recursos comunicativos que compõem o repertório de uma pessoa é adquirido espontaneamente no convívio social, entretanto, para o desempenho de certas tarefas mais especializadas de uso da língua, principalmente as relacionadas às práticas sociais de letramento, as pessoas necessitam desenvolver recursos comunicativos de forma sistemática por meio da aprendizagem escolar (BORTONI; 2004). Sendo responsabilidade da escola em criar condições para que os discentes desenvolvam sua competência comunicativa para que possam adquirir os conhecimentos linguísticos necessários para se expressarem adequadamente nos contextos sociais em que interage.

Em algumas situações, as pessoas interagem mais pela fala, entretanto há situações em que interagem por meio da escrita. Consequentemente é imprescindível que adquiram recursos linguísticos que as possibilitem a se expressarem adequadamente nessas duas modalidades de uso da língua.

#### **4.2 A Competência Comunicativa como objetivo de ensino de português**

O aluno, quando chega à escola, já sabe falar o português, já que a escola não ensina ninguém a falar sua língua materna, entretanto, ele ainda não possui a habilidade de interagir em quaisquer situações sociais. Por exemplo, ele

ainda não sabe como se comportar linguisticamente em situações mais formais, em que se fazem maiores exigências, como uso da variante padrão, regras e padrões interacionais mais rígidos, ou seja, o aluno ainda não sabe como agir, o que falar e qual variante deve utilizar nessas ocasiões.

Deste modo, a escola deve ajudar o aluno a se comportar linguisticamente em diversas situações de interação comunicativa, pois se ensina português a seus falantes com o objetivo de ajudá-los a desenvolver sua competência comunicativa. Nesse mesmo sentido, Travaglia (2009, p.17) defende que o ensino de português nas escolas se justifica, prioritariamente, pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa dos usuários da língua, “isto é a capacidade do usuário de empregar adequadamente a língua nas diversas situações de comunicação”. De acordo com o autor, esse desenvolvimento deve ser entendido como a progressiva capacidade dos usuários da língua de fazer a adequação do ato verbal às situações de comunicação.

Por conseguinte, o ensino de Língua Portuguesa pretendendo o desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos deve propor atividades que garantam ao aluno a ampliação dos recursos linguísticos necessários que o possibilite a utilizar esses recursos de maneira adequada para produzir os efeitos de sentido pretendidos em cada situação comunicativa. Ou seja, que desenvolva no aluno a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação.

Os PCN visam atingir justamente esse objetivo, deste modo, preconizam que a escola deve promover atividades que possibilitem ao aluno desenvolver habilidades para torna-se um competente usuário da Língua Portuguesa capaz de compreender e produzir textos orais e escritos adequados às situações de comunicações.

Conforme estabelecem os PCN, a finalidade do ensino da Língua Portuguesa é o de promover “que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita [...]” (BRASIL, 1998, p.32). Desse modo, é dever da escola levar o aluno que já domina algumas variedades da língua a ampliar o uso dela seja oralmente ou por escrito, as diversas situações que podem ser formais ou informais, pois o objetivo principal das aulas de português é tornar o aluno um usuário mais competente da língua.

Sabe-se que não é dever da escola ensinar o aluno a falar, uma vez que a fala é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar e, possivelmente por isso, a oralidade em muitas escolas não seja ensinada como deveria. Observa-se que a língua oral é muito pouco explorada em sala de aula, acredita-se que tudo o que acontece de “erro” na fala é permitido, não ocorrendo, assim, uma distinção das situações sociais mais formais que vão condicionar inevitavelmente outros padrões de oralidade diferentes do coloquial.

Entretanto, a escola tem a responsabilidade de ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, pois, muitas vezes, o conhecimento linguístico ao qual o aluno possui ao chegar à escola e utiliza cotidianamente em sua comunidade são suficientes para atender as necessidades do dia a dia, mas não será aceito ou bem visto em determinados casos e ele precisará utilizar variedades mais formais. Caso contrário, poderá criar uma barreira entre ele e as pessoas com quem pretende se comunicar capaz de confundir-lo ou muitas vezes constrangê-lo.

O ensino da linguagem oral nas escolas também tem sido uma das preocupações dos PCN os quais destacam que a escola precisa ensinar o aluno a utilizar a língua oral, e ensiná-lo o exercício de sua adequação aos contextos comunicativos, diante de diferentes interlocutores, a partir de intenções de natureza diversa, pois a aprendizagem de procedimentos eficazes, em relação à utilização da fala e da escuta, dificilmente ocorrerá se a escola não toma para si a tarefa de desenvolvê-la.

Muitas vezes, a escola, ao trabalhar com a fala em sala de aula, se empenhou em corrigir a fala do aluno, considerada errada. Entretanto, a questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar em função da interação comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem se dirige, ou seja, é saber o que falar e como falar, levando em consideração o interlocutor e a situação em que ocorre o intento comunicativo.

É essencial que a escola também priorize o trabalho com a leitura e a escrita, e tenha como meta formar leitores competentes que sejam capazes de produzir diferentes tipos de textos de maneira eficaz, pois, como uma das modalidades de uso da língua, a escrita existe para cumprir diferentes funções comunicativas, de maior ou menor relevância, para a vida da comunidade.

Além disso, sua presença é constante nos diversos contextos sociais em que as pessoas atuam. Se houve um tempo em que o livro era o principal suporte da escrita, hoje é possível encontrá-la em diversos suportes, tais como: computadores, tablets, celulares, muros, cartazes, jornais e diversos outros; o que faz cada vez mais necessário que as pessoas dominem o código comunicativo da leitura e da escrita.

É inquestionável a íntima relação entre leitura e escrita, já que se escreve para ser lido. Entretanto, o aprendizado da leitura e da escrita nas escolas tem deixado muito a desejar, uma vez que essas atividades costumam ser desvalorizadas em sala de aula. De certa maneira, isso explica as dificuldades dos alunos em ler e escrever, pois, muitas vezes, a escola limita o ensino da escrita ao gênero redação e, mesmo assim, não é trabalhado de modo adequado; em relação à leitura, esta é realizada também só para verificar se os alunos sabem decodificá-la. Sendo, portanto, necessário que a escola se empenhe em propor atividades mais significantes e eficazes para as práticas de leitura e escrita, que possibilitem ao aluno o desenvolvimento da capacidade de compreender e produzir os mais diferentes textos.

As implicações do conceito de competência comunicativa no ensino de português são muito positivas, pois, ao invés de se trabalhar em sala de aulas apenas com uma norma linguística, em detrimento das outras, na escola abre-se espaço para o estudo dos mais diversos textos que circulam socialmente. Além disso, o conhecimento linguístico que os alunos possuem ao chegar na escola é considerado, pois ao contrário das perspectivas tradicionais de ensino, nessa concepção não se busca substituir os padrões linguísticos que os alunos já possuem por outros, mas sim facilitar a ampliação de seu conhecimento linguístico, para que assim eles possam atender as convenções sociais que definem o uso linguístico adequado a cada tipo de situação de interação social.

Deste modo, a escola tem o dever de possibilitar aos alunos a oportunidade de familiarizar-se com mais de uma forma de uso da língua, com a compreensão de que as experiências vivenciadas são diversificadas e resultam de diferentes contextos socioculturais. Isso implica no ensino da língua, levar o aluno a apropriar-se de conceitos e formas de usos da língua que vai além das variedades cultas prescritas pelas gramáticas normativas.

A variedade culta, formal da língua, bem como sua forma escrita, são formas adequadas apenas em determinados tipos de situação de interação comunicativa, havendo, portanto, a necessidade de levar o aluno a compreender que existem outras formas de uso da língua, que são diferentes da variante padrão e que essas outras formas servem a distintos propósitos comunicativos e que sua utilização dependerá do contexto e dos interlocutores a quem se dirige.

A partir desse pressuposto, percebe-se que o papel da escola não é o de ensinar uma forma linguística no lugar de outra, mas possibilitar que os alunos conheçam o maior número possível de possibilidades de uso da língua em sua modalidade oral e escrita para que possam se expressar nas mais diversas situações, conforme as convenções sociais dessas circunstâncias. Em face do exposto até aqui, se compreende que a escola é o lugar em que os alunos devem desenvolver sua competência comunicativa.

## **5 O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA POR MEIO DOS GÊNEROS TEXTUAIS**

### **5.1 Os gêneros textuais e o desenvolvimento da competência comunicativa**

De acordo com a teoria dos gêneros textuais, toda a interação verbal é realizada por meio de um determinado gênero, significando dizer que, cada vez que uma pessoa fala ou escreve, ela o faz por meio da adoção de um determinado gênero. Nessa perspectiva, os gêneros são, portanto, modelos para a produção de textos que o sujeito produz, sejam eles orais ou escritos. Deste modo, ao invés do professor centralizar o ensino do português na abordagem gramatical das sentenças isoladas, deve trabalhar com textos, destacando os usos que se fazem da língua. Os gêneros textuais passam a ser, então, o eixo em torno do qual as aulas de Língua Portuguesa devem girar.

Partindo do pressuposto de que a língua, quando utilizada, sempre toma a forma invariavelmente de texto. Nessa perspectiva pode-se concluir que o desenvolvimento da competência comunicativa só pode ser realizado através do estudo dos diversos gêneros textuais. Deste modo, a escola objetivando a desenvolver a competência comunicativa dos educandos, isto é, a desenvolver a capacidade destes em compreenderem e produzirem textos adequadamente nas mais diversas situações. Deve proporcionar o contato dos educandos com o maior número de situações de interação, por meio de um trabalho de análise e produção de textos orais e escritos ligados a vários tipos de situação de comunicação. (TRAVAGLIA, 2009)

A linguística aplicada preocupada com a questão do ensino de língua materna também defende a proposta de que se deve favorecer o desenvolvimento da competência comunicativa dos discentes e que, para isto, é necessário que os textos orais e escritos sejam objeto de estudo (leitura, análise e produção). (BEZERRA, 2003). Objetivando o desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos, a escola deve promover essas atividades, pois é seu dever criar condições para que os educandos se tornem usuários competentes da sua língua capazes de compreender e produzir os mais diversos textos nas diversas circunstâncias. Pois, ensina-se português, nas escolas, para desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos.

Deste modo, a escola deve ensinar ao aluno a utilizar de modo adequado os recursos da língua, de modo que sejam capazes de construir textos apropriados conforme os objetivos que pretendem atingir nas situações de interação comunicativa. Os PCN de Língua Portuguesa também defendem que a escola deve promover atividade nas quais os alunos possam desenvolver habilidades para tornarem-se competentes usuários da Língua Portuguesa e capazes de compreender e produzir textos orais e escritos adequados às situações de comunicação em que interage; ler e escrever, produzindo sentido; ler e escrever, descobrindo as finalidades e intenções dos textos, os ditos e não ditos; ler e escrever em várias situações.

Para que isto ocorra, é preciso, então, que a escola supere o nível da descrição por meio de sentenças isoladas, descontextualizadas, baseadas na gramática normativa, as quais não levam em conta os usos reais que as pessoas fazem da língua. E abra espaço para o estudo dos mais diversos gêneros textuais.

Em uma perspectiva de desenvolvimento de competência comunicativa, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), também defendem o trabalho com o texto, como objeto de ensino aprendizagem da língua. Deste modo, preconizam que:

Se o objetivo é que o aluno aprenda a produzir e a interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizadas, pouco tem a ver com a competência discursiva, que é questão central. Dentro desse marco, a unidade básica de ensino só pode ser o texto [...]. (BRASIL, 1997, p. 36)

Deste modo, pode-se dizer que trabalhar com diferentes gêneros de textos nas aulas de Língua Portuguesa é fundamental, tendo em vista que a formação de um usuário competente da língua, capaz de produzir e compreender os mais diversos textos, só pode ser realizado através do estudo dos gêneros textuais. Sendo, portanto, necessários que sejam objetos de ensino da Língua Portuguesa por serem extremamente eficazes para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos. É através desses instrumentos que as pessoas conseguem se comunicar, expressar suas ideias e produzirem conhecimentos. Sendo assim, é necessário que a escola reflita sobre as práticas de ensino de língua materna, assim como o tratamento dado ao texto em sala de aula.

## 5.2 Contribuições dos gêneros textuais no ensino

Muitos professores ainda sentem dificuldades para investir em um ensino mais significativo, que vise a levar os alunos a serem comunicativamente competentes na utilização da Língua Portuguesa. Essa dificuldade possa ser resultado da não utilização dos gêneros textuais em sala de aula. Sobre o trabalho com os gêneros textuais Bezerra destaca que:

O estudo de gêneros pode ter consequências positivas nas aulas de português, pois leva em conta seus usos e funções numa situação comunicativa. Com isso, as aulas podem deixar de ter um caráter dogmático e/ ou fossilizado, pois a língua a ser estudada se constitui de formas diferentes e específicas em cada situação o aluno poderá construir seu conhecimento na interação com o objeto de estudo (...). (BEZERRA, 2003, p.41)

Desta forma, é pertinente que as escolas e, principalmente, os docentes adotem os gêneros textuais como objeto de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa, pois permitem aos alunos a construção de suas habilidades e conhecimento da língua em interação com os outros e com a própria língua. Conforme a autora supracitada, a escola sempre trabalhou com gêneros, entretanto, restringiu seus ensinamentos aos aspectos estruturais ou formais dos textos, levando os alunos e professores a se preocuparem mais com sua forma do que com sua função. Entretanto, convém destacar que os aspectos formais não são as únicas características a serem estudadas nos gêneros textuais, é necessário que os gêneros sejam abordados em sala de aula de modo funcional, possibilitando que os alunos aprendam a utilizá-los de modo eficiente e consciente.

Muitos alunos só possuem a ideia de que um texto é narrativo, descritivo, argumentativo, entretanto é preciso que os professores levem os alunos a conhecerem não apenas as tipologias textuais, mas também que propiciem o contato dos educandos com os gêneros textuais. Visto que, é muito mais importante que os alunos aprendem a produzir e ler diferentes textos competentemente do que apenas aprendam a conhecer e saber identificar sua estrutura.

Pois, de nada adiantará ensinar os alunos os aspectos formais dos gêneros, uma vez que se caracterizam muito mais por seus aspectos sócio-comunicativos e funcionais, do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais. Assim, é muito mais importante que os alunos compreendam seus usos e funções numa situação comunicativa do que apenas conhecer suas estruturas.

O estudo dos gêneros textuais, quando realizado de modo adequado, se torna muito significativo para o aprendizado dos educandos, pois os prepara para o uso efetivo da língua em várias situações de comunicação. Conforme Schneuwly e Dolz (2004 apud Koche e Elias, 2011) as diversas práticas de linguagem podem ser relacionadas ao ensino por meio dos gêneros textuais e que os gêneros ligados a cada uma dessas práticas são um termo de referência para a aprendizagem, uma “mega-ferramenta” que fornece um suporte para atividades nas situações de comunicação constituindo-se, deste modo, referência para os aprendizes. Como as ações de linguagem são organizadas pelos gêneros, seu ensino possibilita que os alunos conheçam e dominem as práticas reais de linguagem.

Partindo do pressuposto de que a comunicação sempre se efetua por meio de textos (orais e escritos), trabalhar com gêneros textuais no espaço escolar é o melhor instrumento para o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas. Nessa perspectiva, pode-se até dizer que o trabalho com gêneros textuais nas aulas significa o estudo da língua em seus diversos usos reais e cotidianos, uma vez que qualquer interação linguística é realizada por meio de algum gênero textual. Desse modo, se torna mais significativo para o aluno, posto que a língua a ser estudada é a que ele utiliza diariamente em seu cotidiano, além disso, observará que é preciso aprender outros padrões mais formais por serem mais adequados em outras situações.

Desta maneira, pode-se perceber que o ensino de língua baseado no estudo dos gêneros textuais é, por certo, uma proposta inovadora na qual a língua é estudada e analisada a partir de seu uso, ou seja, como ela é, e não como deveria ser. Outros motivos importantes a serem considerados, na proposta de ensino por meio dos gêneros textuais, “refere-se a possibilidades de diálogo, dentro dessa pedagogia, entre as múltiplas culturas dos alunos e o discurso escolar. A segunda razão (...) é a consideração das diferenças linguísticas e culturas existentes em uma sociedade” (LIMA, 2014, p. 35). Sabe-se que o ensino baseado na perspectiva tradicional da gramática perpetuou vários mitos e crenças a respeito dos usos da linguagem, os quais levaram a uma prática educacional de mutilação cultural, pois a escola ignorava as variações de língua existentes, ignorando, assim, os sujeitos culturais que são os alunos.

Conforme os PCN (1998), essa prática de ensino necessita ser reparada por um estudo consciente das variações linguísticas, devendo ocorrer, também, a

substituição do termo “erro” pela noção de adequação as condições do contexto de produção. O trabalho com os gêneros textuais pode auxiliar os professores nessa tarefa, pois, através do estudo da diversidade textual, é possível fazer com que os alunos compreendam que a língua é composta por variedades, e que o ato verbal sempre deve se adequar as diferentes necessidades comunicativas, fazendo com que os alunos reflitam quanto aos registros (formal e informal), as funções (informativa, poética, expressiva) e a situação de comunicação (TIEPOLO; 2014). Assim, os alunos compreendem que devem adequar sua fala para que possa atingir com mais eficiência e eficácia os objetivos pretendidos no momento da comunicação.

Além disso, ao trabalhar com a diversidade textual, o professor também pode levar os alunos a refletirem sobre a questão do preconceito linguístico, pois muitas pessoas costumam julgar a falado outro, de errada, por acreditarem que a única forma correta de usar a língua é a variante padrão. Entretanto, todas as variedades são válidas e igualmente eficazes, porém o que acontece é que algumas variedades são mais valorizadas na sociedade do que outras, devido as convenções sociais que definem o uso linguístico adequado a cada tipo de interação.

O estudo e análise de diferentes textos possibilita aos discentes compreenderem que o nível de linguagem utilizado pelas pessoas varia de acordo com a relação que possuem entre os interlocutores, da situação em que acontece o intento comunicativo, seus objetivos e finalidades.

O trabalho com os gêneros textuais também permite que o professor oriente os seus alunos a compreenderem as relações que se estabelecem entre fala e a escrita, fazendo com que os alunos percebam que o texto escrito e o texto falado se organizam de modo diferente, e que um não é melhor do que o outro, mas que apenas atendem a situações comunicativas diversas.

Segundo Lima (2014), a escrita, por estar relacionada à norma padrão, apresenta uma variação mínima e carrega o prestígio social atrelado à linguagem tida como padrão na sociedade. Já a fala, por deixar em evidência as marcas de identidade do falante (como seu lugar de origem, idade, grau de escolaridade e seu sexo), é estigmatizada e está associada à falta de regra, de planejamento e de normatização e, devido a essa imagem construída e baseada no código linguístico, e não em seu uso, é que a escrita recebe um status superior à fala. Entretanto, linguisticamente, ambas são modalidades distintas de uso da língua e apresentam

variações (de graus diferentes) de acordo com as necessidades exigidas em cada situação de comunicação de uso da linguagem.

Desta forma, não se pode considerar a escrita superior à fala e vice-versa, pois sabe-se que a língua apresenta uma heterogeneidade que lhe é natural. Muitas vezes, o que é considerado como erro linguístico, na verdade, trata-se da variação linguística que é ocasionada por fatores linguísticos (fonológico, morfossintático, semântico e sintático) e por fatores externos (grau de escolaridade, sexo, idade, dentre outros) dentre outros, podendo ocorrer tanto na modalidade oral quanto escrita da língua.

O trabalho com os gêneros textuais é também fundamental no ensino da leitura, já que, o objetivo é formar indivíduos capazes de ler e compreender os diferentes textos que circulam socialmente, sendo necessário que os professores propiciem o contato dos educandos com a diversidade de textos. Sobre essa questão, os PCN ressaltam:

Essa pode ser a única oportunidade de esses alunos interagirem significativamente com textos cuja finalidade não seja apenas a resolução de pequenos problemas do cotidiano. É preciso, portanto, oferecer-lhes os textos do mundo: não se formam bons leitores solicitando aos alunos que leiam apenas durante as atividades na sala de aula, apenas no livro didático, apenas porque o professor pede. Eis a primeira e talvez a mais importante estratégia didática para a prática de leitura: o trabalho com a diversidade textual. Sem ela pode-se até ensinar a ler, mas certamente não se formarão leitores competentes. (BRASIL, 1998, p.42)

Outro aspecto importante sobre o ensino dos gêneros textuais é que favorece o trabalho com a oralidade, pois, como uma modalidade constitutiva da língua a oralidade, é um dos eixos que também devem ser explorado de modo sistemático no ambiente escolar. No entanto, observa-se que a escola tem uma longa tradição em trabalhar apenas com a modalidade escrita, em detrimento da modalidade oral. Entretanto, se o objetivo do ensino é ampliar a competência comunicativa dos educandos, a escola não pode privilegiar o ensino apenas de uma das modalidades da língua a sua forma escrita. Posto que, para formar um aluno competente comunicativamente, é necessário que a escola possibilite a ele o domínio da língua tanto em sua modalidade escrita quanto oral.

Trabalhar com a oralidade em sala de aula é fundamental para o objetivo de levar o aluno a utilizar a língua oral com mais eficiência e eficácia em situações comunicativas. Sendo, portanto, imprescindível que os professores desenvolvam

atividades que privilegie o trabalho com os gêneros orais, porque possibilita a ampliação dos recursos comunicativos da fala dos alunos.

Sabe-se que, quando o aluno chega à escola, já sabe se comunicar oralmente em português, o que lhe possibilita se comunicar e, fazer-se entender com seus pares, entretanto, ele ainda não sabe como se comportar linguisticamente em diversas situações sociais. Ele ainda não sabe como utilizar a linguagem adequadamente, por exemplo, em um seminário, em uma entrevista de emprego, em conferências, entre outras situações mais formais de uso da linguagem.

Sendo então tarefa da escola ampliar os recursos comunicativos da fala do aluno para que consiga adequá-la em diferentes ocasiões sociais. O trabalho com os gêneros orais pode auxiliar o professor nessa tarefa, pois, é uma forma autêntica de reproduzir os usos que as pessoas fazem da língua. Assim, atividades que promovam a compreensão e produção de textos orais são uma forma de ampliar o conhecimento linguístico dos educandos.

De acordo com Bernard Schenewly (2004 apud TIEPOLO, 2014) os gêneros de fala têm aplicação direta nos diversos campos da vida social, por exemplo: nos estudos, nas relações interpessoais, no trabalho e política. Para atender às necessidades do cotidiano, os recursos usuais da fala - a linguagem cotidiana – são suficientes. Entretanto, se a situação é mais formal, o sujeito precisa lançar mãos de recursos linguísticos e extralinguísticos adequados a nova situação. Do contrário, pode se criar uma barreira entre o sujeito e seus interlocutores, capaz, muitas vezes, de constrangê-lo em situações comunicativas, dado que a situações sociais nas quais pessoas costumam ser avaliadas (em outros termos julgadas ou discriminadas) na medida em que não forem capazes de conseguirem adequar sua fala ao nível de linguagem que são utilizadas em determinadas circunstâncias.

Adquirindo o conhecimento a respeito do funcionamento do texto falado em vários gêneros orais o aluno terá condições de se apropriar dos gêneros orais e de fazer uso de suas características, obtendo um bom desempenho como falante. Sendo, portanto, imprescindível que a escola trabalhe com os alunos os gêneros textuais mais formais:

Os quais fazem exigências diversas, como uso da variante padrão, regras e padrões interacionais mais rígidos, papéis discursivos bem mais delimitados, hierarquia entre os participantes etc., cujo aprendizado (como agir, o que falar, qual variante usar, qual grau de formalidade) implica um trabalho sistemático e rotineiros dos gêneros [...] (LIMA, 2014, p. 63)

Portanto, torna-se fundamental que, na escola, sejam trabalhados diferentes gêneros textuais orais mais formais de forma sistemática, ensinando aos alunos o seu funcionamento e adequação. De acordo com os PCN (1998), eleger a língua oral como conteúdo escolar demanda o planejamento da ação pedagógica de modo a garantir na sala de aula atividades sistemáticas que envolvam a fala, escuta e reflexão sobre a língua. Desta maneira, ressaltam:

São essas situações que podem se converter em boas situações de aprendizagem sobre os usos e as formas da língua oral: atividades de produção e interpretação de uma ampla variedade de textos orais, de observação de diferentes usos, de reflexão sobre os recursos que a língua oferece para alcançar diferentes finalidades comunicativas. (BRASIL, 1998, p.39)

Além disso, tornar as aulas de Língua Portuguesa interessantes e significativas para o aluno, a escuta de diferentes textos, permite aos alunos verificarem e analisarem o funcionamento da língua. Também é necessário que os professores orientem os alunos que a utilização dos gêneros sempre deve levar em conta a intenção do sujeito e da situação comunicativa em que está inserido: quem ele é, com quem fala, com que finalidade e em que contexto ocorre a comunicação. Somente depois que considerados esses fatores, o sujeito poderá perceber qual texto, dentre os inúmeros existentes, será o mais ou menos adequado produzir de acordo com a situação em que se encontra.

Os gêneros também possuem um importante papel do desenvolvimento da competência escrita dos educandos, pois os gêneros são modelos de escrita, sabe-se que a escola sempre restringiu o trabalho da escrita ao gênero redação. Entretanto, para ampliar a competência escritora dos educandos é preciso que a escola leve os alunos apropriar-se de diferentes textos escritos. Assim como na fala, a escolha do gênero depende da intenção do sujeito e da situação comunicativa em que está inserido: quem ele é, para quem escreve, com que finalidade e em que contexto ocorre a comunicação. Sobre essa questão Koche e Elias (2011, p.36), enfatizam que:

A escrita é um trabalho no qual o sujeito tem algo a dizer e o faz sempre em relação ao outro (seu interlocutor/ leitor) com certo propósito. Em razão do objetivo pretendido (para que escrever?), do interlocutor (para quem escrever?), do quadro espaço-temporal (onde? quando?) (...)

Levar os alunos a enxergarem a produção textual nessa perspectiva, é extremamente significativa para os alunos, posto que, ao obter essas informações na

hora da escrita, são essenciais para que aluno consiga adequar o texto em função do leitor, pois permitem aos mesmos escolher não só o que vai dizer, mas também como dizer, realizando as escolhas para que a função do texto seja alcançada, pois

o como dizer e o que se quer dizer é revelador de que a escrita é um processo que envolve escolha de um gênero textual em consonância com as práticas sociais, seleção, organização e revisão das ideias para os ajustes/ reajustes necessários, tendo em vista a eficiência e eficácia da comunicação (KOCHE; ELIAS, 2011, p.36)

Por esse motivo, a escola deve proporcionar atividades que possibilitem aos alunos a conhecer e a produzirem diferentes gêneros, pois não conhecer alguns gêneros se torna muito difícil para que os alunos consigam produzi-los. Isso inclui o ensino não apenas dos gêneros específicos do ambiente escolar, mas também os textos do mundo com os quais tem contato diariamente, além é claro dos gêneros mais formais. Pois, se o objetivo é formar alunos capazes de utilizar a escrita com competência, é necessário que tenham contato com a diversidade de textos escritos, para que consigam “testemunhar a utilização que se faz da escrita em diferentes circunstâncias, defrontar-se com as reais questões que a escrita coloca a quem pretende produzi-la” (BRASIL,1998, p.48). Somente assim os educandos conseguirão ser competentes comunicativamente na escrita, pois mesmo que tenham conhecimento sobre as temáticas que costumam ser abordadas em diversos gêneros, se não possuir os conhecimentos necessários para suas produções é praticamente impossível que consigam escrevê-los.

Outro ponto positivo do trabalho com gêneros textuais é que possibilita um trabalho integrado entre oralidade, leitura e escrita, o que proporciona aos alunos ampliar consideravelmente a sua competência comunicativa. Sendo necessário que a escola desenvolva atividades voltadas para a produção e compreensão de textos tanto orais quanto escritos.

### **5.3 os gêneros e atividades que auxiliam no desenvolvimento da competência comunicativa**

O trabalho com os gêneros textuais em sala de aula é extremamente importante para ampliar o conhecimento linguístico dos educandos na modalidade oral e escrita da língua, sendo, portanto, necessário que os professores desenvolvam atividades bem planejadas que possibilitem aos alunos a ampliação de

sua competência comunicativa na modalidade oral e escrita da Língua Portuguesa, para que, assim, possam compreender e produzir diferentes textos adequadamente em diversas circunstâncias.

O trabalho de língua com base nos gêneros textuais demanda o planejamento de atividades sistemáticas bem planejadas para que os alunos consigam adquirir as habilidades necessárias para se desempenharem bem por meio da oralidade e da escrita em diversas situações, bem como para desenvolver as habilidades de leituras necessárias para compreenderem os mais diversos textos.

Deste modo, os professores precisam desenvolver atividades didáticas com os gêneros de forma que façam os alunos refletirem sobre a linguagem e seu funcionamento, pois, é nas práticas de reflexão sobre a linguagem, que “pode se dar a construção de instrumentos que permitirão ao sujeito o desenvolvimento da competência discursiva para falar, escutar, ler e escrever nas diversas situações de interação.” (BRASIL, 1998, p.34)

Como os educandos quando chegam à escola já dominam os gêneros privados (bate-papo, conversa telefônica, piada, recado), em vista das inúmeras situações sociais do exercício da cidadania que se colocam fora dos muros da escola, como a busca de serviços, as tarefas profissionais, a defesa de seus direitos e opiniões. Os PCN defendem que é preciso que as situações escolares de ensino de Língua Portuguesa priorizem o ensino dos textos que caracterizam os usos públicos da linguagem. Ou seja, aqueles que por suas características e usos, são fundamentais para a plena participação do sujeito em uma sociedade letrada.

Assim, cabe à escola desenvolver atividades para que o aluno aprenda a utilizar a linguagem oral ou escrita presentes em gêneros da comunicação pública formal, como: debates, seminários, apresentações teatrais, currículos, carta de apresentação, entrevista de emprego, conferências, discursos políticos, entre outros. Gêneros estes que fazem maiores exigências, cujo aprendizado como agir, o que falar, qual variante usar, qual grau de formalidade implica um trabalho sistemático e rotineiros dos gêneros textuais. Conforme os PCN, trata-se de proporcionar aos alunos situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois é descabido treinar um nível mais formal de linguagem tomado como mais apropriado para todas as situações.

Sendo assim, é importante a elaboração de atividades sistemáticas bem planejadas mais que sejam significativas para os educandos, deste modo, é

interessante que os professores elaborem atividades, tais como escuta de músicas, escuta de diferentes falares das pessoas para que o professor auxilie os alunos na compreensão sobre as variações da língua, que façam comparações entre a fala e a escrita para que compreendam as especificidades de cada uma dessas modalidades, análises de entrevistas televisivas ou de falas de novelas, ou da própria fala dos alunos, proporcionar a leitura de vários gêneros textuais e etc.

Shneuwly e Doly (2004 apud TIEPOLO, 2014) sugerem o trabalho com a oralização da escrita, como por exemplo: a recitação de poemas, a performance teatral, e a leitura de textos escritos para os outros. Conforme os autores supracitados, essas atividades incidiram na ótima adaptação da voz ao gênero visado. Além disso, Leal (2012) destaca que a oralização da escrita pode ser considerada uma interseção entre leitura e escrita, tendo em vista, que envolve o desenvolvimento da fluência de leitura quanto de algumas habilidades relacionadas a comunicação oral.

Shneuwly e Doly ( 2004 apud TIEPOLO, 2014 p. 60) sugerem ainda a distinção de quatro níveis principais na produção de textos orais e escritos.

- 1) representação da situação de comunicação - A escola deve ensinar o aluno a fazer uma imagem, o mais exata possível, do destinatário do texto, da finalidade, de sua própria posição como autor ou locutor do texto, bem como do gênero.
- 2) Elaboração de conteúdo - A escola deve ensinar o aluno técnicas que lhe permitam buscar informações e criar conteúdo.
- 3) Planejamento do texto - A escola precisa ensinar o aluno a estruturar (e reestruturar) seu texto conforme o objetivo que deseja atingir, o destinatário e o gênero (uma vez que cada gênero tem uma forma mais ou menos estável, convencional).
- 4) Realização do texto - A escola deve ensinar o aluno a escolher os meios de linguagem mais eficazes para a elaboração de textos orais ou escritos, utilizando o vocabulário e os organizadores textuais adequados a cada situação.

Essa atividade mostra-se muito pertinente para ser aplicada em sala de aula, nas aulas de Língua Portuguesa, pois, conforme os PCN no ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja é levar os alunos escolher a forma mais adequada de utilizar o gênero, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, fazer com que o aluno saiba escolher os recursos expressivos, a variedade de língua e o estilo às diferentes situações comunicativas. “É saber coordenar, satisfatoriamente, o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber que modo de expressão é pertinente em função de

sua intenção enunciativa dado o contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige” (BRASIL, 1998, p.31).

Outra proposta pertinente para o ensino de Língua Portuguesa, com os gêneros, é a sequência didática, que é conjunto de atividades escolares organizadas de modo sistemático em torno de um gênero textual oral ou escrito. Essas atividades visam preparar o aluno para o uso efetivo de uma língua em sua modalidade escrita e falada em diversas situações reais de comunicação. Além disso, o trabalho com as sequências didáticas também permite que os alunos desenvolvam a capacidade de se autorregular e avaliar seu desempenho com a linguagem, possibilitando que os alunos escrevam e falem de forma mais adequada conforme a situação de comunicação.

Em face do exposto o trabalho com os gêneros textuais como objetos de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa é sem duvida muito produtivo, posto que, favorece o desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos tanto na modalidade oral quanto escrita, além é claro de desenvolver as habilidades de leituras necessárias que possibilitem aos alunos compreender adequadamente diferentes tipos de texto.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível observar que os gêneros textuais são de suma importância para o ensino aprendizagem da Língua Portuguesa, pois apresentam grandes contribuições ao ensino da leitura, da escrita e da oralidade. Além disso, o trabalho com os gêneros textuais possibilita o desenvolvimento da competência comunicativa dos educandos na utilização da Língua Portuguesa.

Sendo, portanto, importante que os professores desenvolvam atividades bem planejadas que possibilitem aos alunos a ampliação dos recursos linguísticos necessários para desempenharem-se bem nas mais diversas circunstâncias de uso social da linguagem, pois o ensino dos gêneros textuais possibilita aos alunos o desenvolvimento de habilidades que lhes permitam a compreenderem e a produzirem textos adequadamente em diversas situações.

Deste modo, para que isto ocorra, é preciso que os professores rompam com as práticas tradicionais de ensino baseadas no ensino da gramática normativa, e que adotem o texto como unidade de ensino. Posto que, só através do estudo de diferentes textos, é possível levar o aluno a ser um usuário mais competente do português. É através desses instrumentos que as pessoas conseguem se comunicar, expressar as suas ideias e produzirem conhecimentos. Prontamente, só pode ser ele o objeto de análise e estudo no ensino da língua.

Pode-se perceber que o ensino de língua baseado no estudo dos gêneros textuais é uma proposta inovadora na qual a língua é estudada e analisada a partir de seu uso, ou seja, como ela é e não como deveria ser. A adoção desse paradigma, no ensino, possibilita mudanças significativas ao ensino de português, por exemplo, as práticas tradicionais baseadas em frases soltas da gramática normativa são substituídas pelo estudo dos textos orais e escritos.

Além disso, as aulas de Língua Portuguesa se tornam muito mais significativas para os alunos, posto que a língua a ser estudada é a que ele utiliza diariamente em seu cotidiano, observando que precisará aprender outros padrões mais formais por serem mais adequados em determinadas situações. Partindo do pressuposto que a comunicação sempre se efetua por meio de textos orais e escritos, trabalhar com gêneros textuais no espaço escolar é o melhor instrumento para o ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas. Nessa perspectiva, é possível dizer que o trabalho com gêneros textuais nas aulas significa

o estudo da língua em seus diversos usos reais e cotidianos, já que qualquer interação linguística é realizada por meio de algum gênero textual.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo. Parábola Editorial, 2003.
- ALMEIDA, Virgílio Pereira de. **COMPETÊNCIA COMUNICATIVA E ABORDAGEM COMUNICATIVA: DELLHYMES FRAGMENTADO** Signo. Santa Cruz do Sul, v. 35 n.59, p. 44-57, jul.-dez., 2010.
- BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNÉ, G. **Língua materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz**. 49ª ed. São Paulo. Loyola, 2007.
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasil: Ministério da Educação Fundamental. 1998.
- BEZERRA, Maria Auxiliadora. Ensino de Língua Portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: **Gêneros Textuais & Ensino**. DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Rachel. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BORTONI, Stella Maris Ricardo. **Educação em Língua Materna: a Sociolinguística em sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- GERALDI, J. W. (Org.) **O texto na sala de aula**. 4. Ed. São Paulo: Ática, 2006.
- GONÇALVES, Adair Vieira, **Gêneros textuais na escola: da compreensão a produção**. Dourados, MS: ed. UFGD, 2011.
- KOCHE, Vanilda Salton; BOFF, Maria Benetti; MARINELLO, Adiane Fogali: **LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL: gêneros textuais do argumentar e expor**. [livro eletrônico]. Petrópolis, RJ: Vozes; 2017.
- KOCHE, Ingedore vilaça; ELIAS, Wanda Maria. Escrita e práticas comunicativas in: Ler e Escrever:estratégias de produção textual. 2 ed. São Paulo: Contexto,2011.
- LEAL, Telma Ferraz; Gois, Siane (Orgs.). A oralidade na escola: A investigação do trabalho docente.[livro eletrônico]. São Paulo: autêntica, 2012.
- LIMA, Fernanda Raquel Oliveira. **Língua e Linguagem na prática pedagógica**. [livro eletrônico]. 1 ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- MARCUSCHI, Luís Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. . In: **Gêneros Textuais & Ensino**. DIONISIO, Angela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora; MACHADO, Anna Rachel. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo. Parábola Editorial, 2010.

SANTOS, Vera Lucia. **A crise no ensino de Língua Portuguesa** in: Ensino de Língua Portuguesa.[livro eletrônico]. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

SILVA, Claudionor Alves da. Linguagem e Ensino: problemas e horizontes de trabalho. In: Silva, Shalimar Michele Gonçalves; Matos, Junot Cornélio. (org). **Linguagem e Educação: diálogos de fronteira**. Recife: Fasa, 2009.

SIVEIRA, Maria Inez Matoso. **Análise de gênero textual: concepções sócio-retórica**. Maceió. EDUFAL, 2005.

TIEPOLO; Elisiane Vitoria. **Falar ler e escrever na escola: práticas metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa**. [livro eletrônico] Curitiba: iIntesaberes, 2014.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A CARACTERIZAÇÃO DE CATEGORIAS DE TEXTO: tipos, gêneros e espécies**. Universidade Federal de Uberlândia – Professor Associado de Língua Portuguesa e Linguística do Instituto de Letras e Linguística – 38408-100 – Uberlândia – MG. Endereço eletrônico: [lctravaglia@ufu.br](mailto:lctravaglia@ufu.br), 2007.